



ARTIGO



A potência política do cuidado: cotidiano da militância feminista e a produção de novos modos de viver na cidade

Luísa Horn de Castro Silveira. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*.

Simone Mainieri Paulon. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*.

Juliana Baldasso Siqueira. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*.

Helena Andrade Ew. *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*.

Resumo. O artigo acompanha o cotidiano da Casa de Referência Mulheres Mirabal, uma Ocupação que acolhe mulheres em situação de violência, e teve como foco as relações entre as mulheres ocupantes, a Ocupação e a cidade. O objetivo do estudo é apontar possibilidades de agenciar militância e cuidado no contexto da luta feminista e antirracista em situações de violência de gênero. Também são problematizados alguns desafios enfrentados no cuidado sob a ética feminista e seus entrelaçamentos com os modos de vida na cidade. Trata-se de uma pesquisa-intervenção apoiada no método da cartografia, que se dá a partir de um olhar transdisciplinar e decolonial, compondo saberes da Psicologia Social e da Arquitetura e Urbanismo em suas interfaces com outros campos de conhecimento que concorrem para uma leitura da complexidade que o tema da Violência de Gênero evoca. Como resultado, três eixos de análise foram trabalhados: violência de gênero e o direito à cidade, produção de cuidado coletivo entre mulheres e modos de habitar contra-hegemônicos. Considera-se que, nas relações entre si e com a cidade, as mulheres da Casa Mirabal encontram formas de expandir e reinventar modos de existência, afirmando, nos gestos cotidianos, que cuidado e militância são ações inseparáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo. Violência de gênero. Políticas de cuidado. Direito à cidade.



Introdução

A Casa de Referência Mulheres Mirabal é uma Ocupação localizada em Porto Alegre que acolhe e presta apoio a mulheres em situação de violência. A iniciativa surgiu a partir do Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB) – movimento nacional fundado em 2011, com objetivo de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças de gênero. Em 2016, militantes do MMOB ocuparam um imóvel ocioso como forma de protesto ao enfraquecimento das medidas governamentais de combate à violência de gênero - como a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres, aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a pedido do então Governador do Estado (José Ivo Sartori, PMDB). A Ocupação localizava-se no Centro Histórico de Porto Alegre, em um prédio antigo em tom azul desbotado, pertencente a uma congregação religiosa e destinado para fins sociais, mas que estava desde 2013 fechado para reformas. Aproximadamente 50 mulheres ocuparam o prédio. O MMOB, coordenou o movimento de Ocupação e contatou a Delegacia de Mulheres (DEAM), informando que o espaço estaria à disposição para receber mulheres que buscassem ajuda.

Mesmo não sendo reconhecida como um equipamento da rede de assistência e proteção às mulheres, a Casa Mulheres Mirabal passou a receber mulheres em situação de violência, muitas vezes encaminhadas por órgãos como a DEAM e a Defensoria Pública. Após repetidas ameaças de reintegração de posse e diversas mesas de negociação, o Movimento foi forçado a deixar a casa azul do centro e, em setembro de 2018, passou a ocupar um novo local, na Zona Norte de Porto Alegre, onde ainda permanecem. Essa moradia, como tantas outras da capital gaúcha, sofreu graves danos advindos das enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. A casa ficou com todo seu primeiro andar alagado e as mulheres precisaram, temporariamente, residir em um abrigo só para mulheres organizado pelo próprio Movimento. Com ajuda de mutirões, doações e muito trabalho das voluntárias e apoiadoras, elas retornaram ao endereço da Ocupação na zona norte, mas seguem em processo de reconstrução.

O presente artigo deriva de uma pesquisa conjunta coordenada pelos programas de pós-graduação de Psicologia Social e de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo realizado entre 2017 e 2020 propôs-se a analisar os modos de vida que compõem a experiência urbana na cidade de Porto Alegre, cartografando



o ir e vir de distintos grupos no cotidiano da cidade. A Casa de Referência Mulheres Mirabal foi um dos sete segmentos de Porto Alegre incluídos na pesquisa, por se constituir como um campo que faz resistência frente aos modos hegemônicos de habitar. Interessava-nos cartografar as diversas formas de viver e se relacionar em uma Ocupação de Mulheres em situação de violência, bem como analisar a relação entre elas, a casa, o Movimento Feminista e a cidade. Como esperado em uma pesquisa-intervenção, esse campo se abriu para muito além do que pudemos prever, revelando possibilidades de análise que passam não só pela questão da moradia, mas também falam sobre as aproximações - ou a impossível dissociação, como defendemos aqui - entre militância e cuidado. As questões que atravessam essa escrita são como que espelhadas, gerando uma reflexão circular e em movimento contínuo: como se produz cuidado através da militância? e; como se constrói militância (e resistência à violência) através do cuidado?

A repetição intencional é a provocação que inaugura esse texto, cujo objetivo é, a partir de experiências vividas entre as mulheres da Mirabal, apontar alguns modos possíveis de agenciar militância e cuidado no contexto da luta feminista e antirracista em situações de violência de gênero, assim como alguns desafios enfrentados cotidianamente nessa tarefa. Veremos que essa discussão está fortemente entrelaçada aos modos de vida na cidade, pois a própria forma de habitar produz e reproduz lógicas de convívio, cuidado e resistência. A análise realizada se dá a partir de um olhar transdisciplinar do campo estudado, que compõe saberes da Psicologia Social e Arquitetura e Urbanismo em suas interfaces com outras disciplinas como os Direitos Humanos, a Sociologia e os Estudos de Gênero.

Falar de cuidado no contexto das lutas feministas remete à conhecida frase de que “o pessoal é político”, popularizada no texto de Carol Hanisch em 1970 (HANISCH, 2006), no qual ela defende que mulheres tenham espaços para compartilhar seus problemas pessoais, posicionamento criticado por muitas mulheres engajadas em movimentos feministas, com base no entendimento de que tudo que se assemelha a uma prática terapêutica vai de encontro com objetivos políticos mais amplos. Isso se deve à ideia de que o objetivo das terapias (descritas no texto de forma genérica, mas podemos pensar em termos do cuidado em saúde mental) seria o de apaziguar o sofrimento individual ajustando as mulheres às condições injustas importadas pela estrutura patriarcal - esvaziando, assim, a luta coletiva. Ainda que essa



crítica seja de grande importância, a autora defende que promover o cuidado às questões pessoais, ou a saúde mental, é uma ação política, especialmente se realizada entre mulheres conscientizadas e de forma grupal e coletiva. Ainda, trazer os desafios cotidianos demonstra, na prática, a sobrecarga gerada pela divisão sexual do trabalho reprodutivo, pauta fundamental dos movimentos feministas.

Conforme postulam Guacira Oliveira e Jelena Dordevic (2015), o tema do cuidado segue relevante, já que a palavra “autocuidado” vem sendo utilizada de forma tão individualizante e mercadológica continua a provocar desconfiança por parte dos movimentos sociais. Nesse texto, abordamos a questão do cuidado tanto do ponto de vista dos aspectos emocionais, quando do cuidado cotidiano entre mulheres que vivem juntas. No caso da ocupação, isso se revela nos atos rotineiros de divisão das tarefas, na ajuda que se oferece quando alguma está com qualquer dificuldade e, também, no apoio à companheira que se encontra em situação de fragilidade emocional.

Em uma sociedade na qual a violência de gênero é estruturante, o adoecimento psíquico das mulheres vítimas de violência é uma consequência preocupante e com pouca atenção das instituições públicas. O Movimento de Mulheres Olga Benário (MMOB), nesse sentido, direciona suas ações para o tensionamento do papel e da responsabilidade do poder público para dar conta desse problema. Visa denunciar o desmonte das políticas de combate à violência contra as mulheres, apontando a negligência de gestores, despreparo de equipes e falta de equipamentos públicos para efetivo enfrentamento do tema, como também aponta alternativas coletivas e populares, organizando a sociedade civil para enfrentar o patriarcado e demonstrando ao poder público como essas ações podem e devem ser conduzidas em um governo democrático. Sendo assim, o MMOB é o primeiro movimento da América Latina a organizar Casas de Referência para mulheres sem nenhum apoio público ou privado.

Estudos demonstram que a subnotificação dos casos de violência faz com que os dados oficiais com que trabalhamos neste campo representem apenas uma ponta do iceberg das violências de gênero que nossa cultura heteropatriarcal e racista impõe. Vasconcelos et al. (2023) estimaram, a partir de dados da Pesquisa Nacional de Saúde, que a subnotificação de violências contra mulheres adultas da mesma faixa etária com relato de violência (VCM) no Brasil foi de 98,5%, para a violência psicológica, 75,9% para a física e 89,4% para violência sexual. Mesmo após uma década de obrigatoriedade, a notificação por parte dos



profissionais de saúde ainda se apresenta como um grande desafio para os órgãos governamentais. Os dados que incluem crianças são ainda mais alarmantes. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que divulga dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, no ano de 2020, dos 35.644 estupros de meninas menores de 14 anos somente 20.170 aparecem registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Em 2021, foram 37.872 casos de violência sexual para essa mesma população para 14.344 notificações no sistema.

A maneira invasiva com que as vítimas são tratadas quando chegam nas delegacias, na maioria das vezes sendo revitimizadas e culpabilizadas pelas agressões que sofreram, são possíveis motivos que causam desconfiança sobre a atuação e mesmo impedem que elas acessem esses órgãos que, em tese, deveriam servir para protegê-las. Muitas vezes as mulheres que buscam ajuda desconhecem a existência dos Centros de Referência para Mulheres (CRM) e dos abrigos e, ao procurarem a polícia, frequentemente não recebem o atendimento adequado e sequer são encaminhadas para esses equipamentos (MUSTAFA; TOMMASI, 2018).

Desta forma, o MMOB propõe que os CRMs sejam geridos pelo Movimento, com espaços de formação e cultura, para além do acolhimento e o direcionamento para aparelhos estatais. As mulheres do MMOB vêm construindo a possibilidade de experienciar, em diferentes cidades do Brasil, o gerenciamento de CRMs em Ocupações, como é o caso da Mirabal. Assim, denunciam a ausência de políticas públicas para mulheres, ao demonstrar que é possível operar em outra lógica de cuidado, organização, emancipação econômica, e também afetiva. Este processo tem evidenciado os paradoxos do poder público, que, por um lado, reconhece a existência da Mirabal ao encaminhar mulheres para a casa como único espaço que pode acolhê-las, quando suas famílias e o Estado lhes faltam e, por outro lado, não formaliza a posse do prédio público ocupado. Contradições como essa serão retomadas mais adiante na discussão.

A organização da Casa Mulheres Mirabal acontece com a coordenação de voluntárias e de apoiadoras, que se dividem em escalas por turnos ou dias para atender à ocupação. Também são realizadas formações oferecidas por colaboradoras da ocupação, como psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, entre outras profissionais de diversas áreas. Existe, ainda, uma rede de apoiadoras da área jurídica, que orientam as ações necessárias a partir da chegada de novas moradoras



na casa. Nossa entrada na casa, como pesquisadoras e apoiadoras do movimento se deu entre maio de 2018 e setembro de 2019. Chegamos apresentando a proposta de pesquisa-intervenção e nos colocando disponíveis para fazer parte das escalas e contribuir com o que fosse necessário nas tarefas do dia a dia ou outras demandas pontuais. A partir de janeiro de 2019, quando já tínhamos um vínculo mais próximo com moradoras e coordenação, oferecemos um grupo de escuta semanal aberto às moradoras, que tinha a finalidade de ampliar os espaços onde pudessem expressar suas angústias, desejos e trocar experiências entre elas.

Parece ter sido necessário deixar a experiência “decantar”, retornando para a elaboração desse artigo após o período pandêmico, quando muitos dos projetos pessoais e profissionais das autoras ficaram em pausa. O tempo transcorrido agregou reflexões, somando com muitas outras experiências de escuta a mulheres em situação de violência através do Projeto de Extensão Clínica Feminista Antirracista Interseccional (CliFAI) da UFRGS, do qual duas das autoras fazem parte atualmente. Esse projeto foi um dos resultados da imersão no campo da pesquisa que a Casa Mirabal circunscreveu, com o intuito de ampliar espaços de escuta e cuidado em saúde mental entre mulheres, ancorados nos princípios da luta feminista e antirracista. Fazendo coro ao desejo por uma clínica que cuide das mulheres de forma politizada, buscamos, fundamentadas nas perspectivas do feminismo interseccional, um modo de escutar o sofrimento das mulheres que leve em conta as camadas sobrepostas de opressão que operam sobre os diferentes corpos. Concebemos uma formação para escutar mulheres em situação de violência sem individualizar nem patologizar seu sofrimento, entendendo que ele é efeito de uma estrutura social.

O artigo sistematizou resultados deste encontro entre pesquisadoras e mulheres em uma ocupação feminista, em três eixos de análise, cujos temas estão interligados e sobre os quais passaremos a discorrer após breves notas sobre o método. São eles: As manifestações da violência de gênero e o direito à cidade; os entraves enfrentados pelas mulheres ao ocuparem os espaços públicos; e, por fim, a produção de cuidado coletivo entre mulheres e os modos de habitar a ocupação.

Método

Trata-se de uma pesquisa-intervenção apoiada no método da cartografia, bastante utilizada nas pesquisas do campo da Psicologia



Social. Conforme Virgínia Kastrup (2007), a cartografia constrói um caminho investigativo a partir do acompanhamento dos processos. Assume-se, portanto, como método não extrativista, por não se propor a uma mera “coleta de dados”, mas sim, a uma produção de informações que emerge no contato com o campo de pesquisa. A autora sinaliza que esse modo de pesquisar se apoia em uma política cognitiva construtivista, ou seja, que pressupõe uma construção conjunta do conhecimento e não reduz a realidade a um objeto que pode ser capturado.

Assim, a cartografia é uma ferramenta valiosa para abarcar a complexidade, as nuances de uma determinada situação, buscando ampliar reflexões e questionamentos. Como postula Roberta Romagnoli (2009), mais do que um procedimento metodológico delimitado, a cartografia é um modo de conceber a pesquisa e o encontro da pesquisadora com seu campo. O papel da pesquisadora é central, pois “a produção de conhecimento se dá a partir das suas percepções, sensações e afetos vividos no encontro com seu campo, seu estudo, que não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos a ele” (ROMAGNOLI, 2009, p. 170). Os afetos envolvidos nesse encontro provocam efeitos inéditos, que transformam todas as partes envolvidas. É exatamente no viver dessas transformações que o estudo é produzido.

Fizeram parte desse estudo, ao longo de todo o período (maio de 2018 a setembro de 2019), 13 moradoras que estavam acolhidas na Mirabal, 15 militantes do movimento Olga Benário e 6 pesquisadoras. Para o registro das experiências, fizemos uso de um diário de campo coletivo. Em um arquivo compartilhado entre as pesquisadoras, escrevíamos nossos relatos e sensações a cada visita à Ocupação. Coletivizar algo tão atribuído ao uso pessoal quanto um diário foi um potente dispositivo nesse estudo, pois tínhamos uma troca constante entre as pesquisadoras através dos escritos. Lendo as percepções umas das outras, éramos tocadas por novas formas de sentir. Eventualmente, fazíamos comentários nos escritos das outras pesquisadoras e alguns diálogos se abriam ali mesmo. Ao fim do percurso havia uma mescla tão grande nesse compartilhamento que, por vezes, ficávamos em dúvida quanto à autoria original daquele relato. Abaixo, trechos do diário coletivo, escritos por diferentes pesquisadoras sobre uma mesma situação, para ilustrar a forma como nossas escutas e impressões iam se sobrepondo para fazer germinar os conteúdos para a análise.



Elas falam do estigma de morar em uma ocupação, visto como algo meio marginal com repercussões reais na vida delas, como possibilidades de perder a guarda dos filhos. (diário de campo, 11 de abril de 2019)

Escuto ela dizer nas entrelinhas que se ela não estivesse morando em uma ocupação seria mais fácil sustentar seu papel de boa mãe. Ela começa a cogitar voltar para a casa da sogra. (diário de campo, 11 de abril de 2019)

Ela diz que está seriamente pensando em tirar a queixa e voltar para a casa da avó de seu filho, pois perante os olhos da “lei” a avó teria mais condições de cuidar do menino, já que ela mora em uma ocupação. (diário de campo, 11 de abril de 2019)

Nesse rico emaranhado de afetos, a experiência de convívio na Ocupação nos fez também refletir sobre os nossos posicionamentos entre a militância e a pesquisa. Estávamos lá, em um só corpo: fazendo parte da luta, pesquisando, intervindo, abrindo espaço de escuta e fazendo uso das nossas ferramentas técnicas. Não havia forma de ser apenas pesquisadora ou apenas militante. Éramos tudo isso ao mesmo tempo, situação que por vezes gerava sensações de estranhamento pelo borramento de fronteiras, tão bem forjadas pela subjetivação colonial e rigidez da instituição acadêmica. A compartimentalização da vida também é uma invenção colonialista (FANON, 2022), que impacta a maneira como vivemos e nos relacionamos. A seguir, contaremos de que outras formas a Casa Mirabal transgride barreiras forjadas pelo colonialismo e pelo patriarcado – como restrições de circulação no espaço público, dificuldade de acesso a direitos, entre muitas outras formas de controle – produzindo políticas de cuidado e novos modos de viver.

Violência de gênero e direito à cidade

*“Acabei com tudo
Escapei com vida
Tive as roupas e os sonhos
Rasgados na minha saída”
(Caetano Veloso)*

Um dos aspectos marcantes da nossa passagem pela Mirabal foi ampliarmos nossas compreensões acerca das múltiplas formas com que a violência de gênero é perpetuada e, não raro aprofundada, pelo Estado. As mulheres acolhidas na Mirabal sofreram agressões de seus companheiros, irmãos ou outros homens da família, mas também passaram por situações de violência institucional nos serviços que supostamente deveriam lhes prestar auxílio. O sofrimento posterior à



saída de casa era frequente em seus relatos, mencionando uma série de constrangimentos vividos nesse percurso, em busca de saídas aos ciclos de violência, mas deparando-se com várias outras manifestações do mesmo problema que marca suas vidas. Escapar com vida de sucessivos encontros que se reforçam mutuamente na finalidade de “rasgar roupas e sonhos” das mulheres não é uma tarefa qualquer. Nos acolhimentos individuais e rodas de conversa feitas na Casa fomos identificando e mapeando com as mulheres os caminhos de violência traçados, desde suas antigas moradias, até o período de acolhimento na Ocupação Mirabal. A maioria das mulheres acolhidas vinham de zonas da periferia de Porto Alegre e região metropolitana. As mulheres passavam, com frequência, ao menos um dia desabrigadas, após o momento de decisão de saída ou da expulsão da casa de origem. Muitas vezes dormiam na rua, com filhos no colo, até serem aconselhadas a prestarem queixa nas DEAM's ou delegacias convencionais, de onde eram encaminhadas à Mirabal.

Mesmo com todos os absurdos que cada uma delas viveu nas relações familiares, pode-se dizer que é na relação entre o poder público e a Ocupação, como um todo, que a violência de gênero se manifesta em sua face mais perversa. O Estado reproduz, na relação com a Mirabal, um funcionamento bastante comum nas relações violentas: o jogo de dominação que ora fragiliza, ora sobrecarrega. Conforme a lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), existem cinco tipos de violência contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. São formas de agressão complexas, com múltiplos graus de perversidade e que não ocorrem isoladas umas das outras. Dentro das agressões psicológicas, podem ocorrer situações de exploração em conjunto com a desvalorização do papel da mulher na relação. Traçando um paralelo, a Mirabal executa um serviço que deveria ser feito pelo Estado, que tira proveito disso, sem reconhecê-lo ou legitimá-lo. Assim como nos vínculos pessoais, esse funcionamento institucional também gera repercussões adoecedoras para as envolvidas.

Embora as delegacias tenham a Ocupação como local de referência para o acolhimento de mulheres em situação de violência, encaminhando-as para lá, as instâncias governamentais dificultam a vida das mulheres que vivem na Casa. Por não terem endereço formalizado, as acolhidas enfrentam inúmeros entraves, por exemplo para buscar emprego e conseguir vaga nas escolas próximas para os filhos. O Estado se retira da responsabilidade de oferecer locais adequados que possam acolher a totalidade da demanda de mulheres em situação de violência



no Município, atribuindo essa tarefa para a Mirabal. Ao mesmo tempo, o Estado não faz nenhum movimento de reconhecimento institucional em prol da formalização do local. Pelo contrário, além de se eximir da responsabilidade sobre o problema da violência contra a mulher, o município que ostenta o nono maior PIB do país (IBGE, 2021) ainda ataca a Ocupação com ameaças de reintegração de posse e outras violências, como o corte de luz elétrica. Como denunciemos, em 2021: “O corte de luz por falta de um pagamento, que se soma a uma dívida astronômica da prefeitura com a CEEE [companhia elétrica local], ocorrer, pela segunda vez em meio à pandemia, não é um detalhe qualquer. Fala das prioridades de uma gestão pública e diz muito do lugar que a saúde e a vida das mulheres ocupam em seu projeto político para a cidade.” (PAULON, 2021).

O fato da Casa não ser formalizada gera uma situação de precariedade e incerteza que aumenta ainda mais a sobrecarga e tensionamentos das mulheres da Ocupação (coordenadoras e acolhidas), pois estas se encontram sempre no limite – há uma sensação de permanente estado de alerta. Sensação de estar alerta que é muito conhecida entre as mulheres, em especial aquelas que viveram alguma experiência de violência. Vê-se que o modo como as mulheres da Mirabal circulam pela cidade é afetado pela localização da Ocupação. Quando a Mirabal ficava no Centro de Porto Alegre, as mulheres tinham mais medo de sair na rua, apesar da grande facilidade no acesso de comércios, serviços e aparelhos públicos. Isso porque, por ser um local muito acessado por toda a população, sentiam receio de encontrar pessoas conhecidas - que poderiam revelar sua localização para o agressor - ou, até mesmo, encontrar seus agressores andando pela rua. Após a mudança para a zona norte, as mulheres passaram a se sentir mais seguras em caminhar pelo bairro, utilizando o comércio local e as praças públicas, se apropriando do território com mais conforto e segurança. No entanto, apresentam restrições em relação ao custo da mobilidade urbana. A locomoção para acessar os locais de trabalho, escolas para os filhos e serviços de saúde se tornou um dos principais problemas na casa, levando em conta os altos custos das passagens de transporte coletivo.

Existe aí uma repetição da opressão patriarcal em relação ao direito à cidade. Quando são violentadas por homens do seu convívio, as mulheres acabam restringindo sua circulação em determinados locais. As ocupantes da Mirabal muitas vezes tinham receio de retornar aos seus bairros de moradia, pela possibilidade de encontrar o agressor ou ser



vista pela vizinhança. Quando conseguem encontrar um novo local de vida, este apresenta novas barreiras de circulação. Era comum escutar das ocupantes a sensação de estar presa, amarrada, sem poder de ação. Podemos perceber que, nesse contexto, múltiplas forças se somam na tarefa de aprisionamento dos corpos femininos.

Apesar das mudanças que vêm acontecendo nos papéis dentro da dinâmica familiar, principalmente em razão da crescente presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas, o planejamento urbano (em termos de distribuição de equipamentos no território, por exemplo) continua seguindo uma lógica que prevê a existência de uma pessoa que possa se dedicar exclusivamente às tarefas domésticas (HARKOT, 2018). Isso gera, além da óbvia sobrecarga pelo acúmulo de funções, a tendência de terceirização desses trabalhos - aumentando uma rede precarizada que dificulta o acesso das mulheres e pessoas racializadas a outras esferas da vida social.

Historicamente, as cidades foram planejadas de forma racista e sexista, reservando o espaço privado e doméstico às mulheres e pessoas racializadas, enquanto os espaços públicos, políticos e econômicos foram pensados para serem ocupados por homens brancos, lógica que cria barreiras de mobilidade urbana para as mulheres, em especial, as mulheres negras. Para Joice Berth (2023), a percepção de que o direito de ir e vir está assegurado para todos é superficial, pois não leva em conta especificidades de grupos minoritários. Podemos nos locomover, mas se considerarmos a qualidade desses deslocamentos, existem discrepâncias reforçadas por regras e códigos sociais ocultos. Códigos fundados nas forças de opressão interligadas que cerceiam a liberdade dos corpos subalternizados pelo domínio da branquitude heteropatriarcal.

Lélia Gonzalez (2020) ressalta que, a partir dos anos 50, ao lado da crescente urbanização, a mulher negra foi perdendo seu lugar na classe operária, em um processo de seleção racial que dava nítida vantagem para mulheres brancas ou de pele clara na contratação em setores primários, como a indústria de roupas e alimentos. A ascensão da classe média, em conjunto com essa falta de perspectivas profissionais, fez com que a mulher negra ficasse restrita à prestação de serviços domésticos. Desde então, mulheres negras são colocadas à margem em termos de representação em diversos espaços urbanos, tendo pouco ou nenhum acesso a atividades de lazer, cultura e cidadania que a cidade proporciona.



Uma das reivindicações primordiais do ativismo urbano feminista diz respeito à mobilidade. O desejo por cidades em que seja possível deslocar-se a pé ou de transporte público sem sofrer violência ou assédio é um dos temas mais presentes, e o acesso ao espaço público tem sido considerado fundamental para as mulheres socializarem e construir redes solidárias entre elas (MARX, 2022). Em uma pesquisa realizada com 2.285 mulheres brasileiras de 14 a 24 anos, 94% das mulheres entrevistadas já foi assediada verbalmente e a maioria associa a palavra “rua” com sensações de insegurança (Énois Inteligência Jovem/Instituto Vladimir Herzog/Instituto Patrícia Galvão, 2015). É preciso lembrar, contudo, que a cultura machista nos atravessa o tempo todo com discursos que culpabilizam as mulheres por tentarem ocupar novos lugares, como se, ao ousarmos sair dos espaços de tutela, estivéssemos nos colocando em risco.

O “medo feminino”, de acordo com os estudos de Leslie Kern (2021), é um tema exaustivamente abordado em diversas disciplinas, com algumas abordagens bastante questionáveis e de viés misógino. Segundo a autora, via de regra, as mulheres identificam a rua, a noite e desconhecidos como principais fontes de ameaça. No entanto, os dados sobre crimes sexuais contra mulheres indicam uma probabilidade bem maior de sofrer violência vinda de pessoas conhecidas e em espaços privados, como a casa ou o local de trabalho. No Brasil, 62% dos estupros registrados ocorrem na residência, enquanto 13% ocorrem em via pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024). Nesse sentido, podemos pensar que as narrativas que reforçam o temor relacionado aos “estranhos” e à rua podem servir para reforçar o aprisionamento das mulheres no espaço doméstico.

Interessante também identificar nos relatos das mulheres da Mirabal as sensações de medo e segurança que permeiam a experiência na Ocupação. Elas identificam nas grades da casa símbolos de proteção e ao mesmo tempo as associam com sensações de encarceramento. Há um paradoxo da segurança operando na vida dessas mulheres que também se associa com as noções de cuidado e violência: confundir cuidado com opressão. Os movimentos de emancipação vêm acompanhados de sentimentos de medo e de culpa, porque por muito tempo essas mulheres viveram realidades de intensa opressão, muitas vezes disfarçadas de proteção por parte dos companheiros e outros homens da família.

Ao experimentarem, na Ocupação, novos modos de se sentirem cuidadas e protegidas, que não passam pelo silenciamento de seus



desejos, muitas mulheres precisam enfrentar uma mudança de paradigma perturbadora. É um processo lento retomar a própria voz para reivindicar suas necessidades, sem que isso repercuta em abandono ou retaliação. Resistir, na Mirabal, é afirmar a negligência misógina do Estado, mas não só isso. É, principalmente, revelar a possibilidade de criar algo novo, que não precisa ser ditado pelas mesmas regras de proteção e tutela que os serviços existentes oferecem: um sistema que só acolhe sob políticas rígidas de controle, que não incentiva a autonomia nem respeita as singularidades das mulheres em situação de violência.

Resistência a partir do cuidado coletivo

*“Eu andei demais
Não olhei pra trás
Era solta em meus passos
Bicho livre, sem rumo, sem laços”
(Caetano Veloso)*

A Casa de Referência Mirabal é um segmento da cidade composto de muitas singularidades. Três características são chave para a compreensão desse local: a Casa é uma Ocupação, é gerenciada e habitada exclusivamente por mulheres e, ainda, tem o objetivo de realizar um trabalho de politização e de cuidado com mulheres em sofrimento. Um sofrimento que é fruto de uma sociedade fundada em componentes patriarcais, coloniais e racistas.

Por ser um local de luta e resistência feminista em uma cidade/sociedade de funcionamento machista, os modos de existir das mulheres estão a todo momento em jogo no cotidiano da casa. A relação entre as mulheres que lá vivem ou circulam diariamente, por vezes, reproduz práticas internalizadas e construídas socialmente, gerando incômodos e conflitos. Esse desconforto, no entanto, abre caminhos para repensar nossos modos de habitar as relações e produzir formas não opressoras de ser mulher no mundo. A análise do campo da pesquisa-intervenção aqui narrada fez emergir diálogos sobre cuidado e militância no combate à violência de gênero, em seus diversos formatos, com ênfase nas agressões produzidas institucionalmente e nas reproduzidas no íntimo de todas as relações, incluindo as que emergiram no convívio da ocupação.

Em uma sociedade patriarcal, muitas mulheres se constituem vivendo relações de afeto e cuidado com características opressoras, em especial aquelas que tiveram experiências marcadas por violências de



gênero. Tais relações, em geral, forçam a mulher a ocupar lugares dicotômicos: às vezes lhe é imposto o papel de submissão e fragilidade, e em outros momentos são cobradas a assumir a responsabilidade total sobre si e sobre os outros ao redor, gerando sobrecarga. Se, por um lado, as mulheres se veem tendo que dar conta de múltiplas demandas, por outro, são destituídas de poder decisório sobre suas vidas, muitas vezes pelas mesmas amarras que as encarregam de cuidar de tudo. Ademais, as mulheres negras foram privadas desse lugar de fragilidade, pois além da responsabilização pelo cuidado familiar, historicamente também lhes são atribuídas tarefas que exigem força física, por exemplo, forjando uma ideia de que seus corpos seriam mais resistentes e sem a mesma necessidade de proteção (DAVIS, 1981).

Esse jogo de domínio colonial e patriarcal gera impactos subjetivos nas mulheres que, não raro, se veem oscilando entre o excesso de autoexigência e a expectativa social de passividade. No caso de mulheres em situação de violência, tantas vezes vistas como “vítimas”, o lugar passivo lhes é atribuído com facilidade. Ocorre que, na Ocupação, quando uma mulher se coloca com passividade diante das situações, outra acaba se responsabilizando pelo seu cuidado e, no extremo desse encontro, sentimentos de insatisfação, de um lado, e sobrecarga, de outro, começam a emergir. Percebemos esses conflitos como fruto de uma reprodução dos modos de vida capitalístico-patriarcais em um cenário onde as personagens são todas mulheres. Uma casa de e para mulheres, local de vida e convívio, onde impera a tentativa de horizontalização das relações, provoca intensos tensionamentos nas formas arraigadas e reproduzidas com que a subjetivação feminina se apresenta em nossa cultura patriarcal. Noções de família e “lar” se reconfiguram. Dentro da ordem patriarcal e racista as mulheres sempre assumiram, por imposição ou coerção, o dever e o papel de cuidadoras: criadas para cuidar de todos, esquecem-se delas mesmas (OLIVEIRA; DORDEVIC, 2015).

Como acolher estas mulheres que viveram tantas situações violentas e que buscam outras alternativas de existência? Como criar linhas de fuga a tais experiências considerando que são forças poderosas que constituem estas mulheres e estruturam seus modos de relação? Como enfrentar a complexidade da violência de uma cultura patriarcal estruturante, sem deixá-la determinar uma subjetivação vitimada? É um grande desafio dissolver as dicotomias na tentativa de escutar que tais vivências são repletas de forças múltiplas: prazer, horror, medo, alegria, paixão, amor, ódio, repulsa. Tais analisadores aparecem nos discursos e



escancaram a complexidade e coabitação de afetos, sentimentos e sensações nas vivências.

O tema da maternidade surge com força ao pensarmos sobre o cuidado junto às mulheres da ocupação. Quase todas as acolhidas que escutamos, durante o período em contato com o campo, têm filhas(os) e se deparam diariamente com o desafio de serem mães. Muitas também contavam de histórias de abuso ou negligência por parte de suas próprias mães e sentiam muita culpa por não nutrir apenas afetos de gratidão pelas mulheres que as “cuidaram” diante de tantas dificuldades. Com todas essas forças em jogo, na Ocupação, elas têm a possibilidade de recriar as formas de se relacionarem, até então vividas em suas antigas casas de maneira violenta. Quando o ambiente da Ocupação suporta as expressões das violências vivenciadas e cria um enquadre institucional para que essas mulheres possam falar, estimulando a criação de estratégias de enfrentamento, ensaiam-se possibilidades de deslocamentos dos lugares dados e abrem-se algumas alternativas existenciais impensáveis no aprisionamento que as relações violentas circunscrevem. Nossa intervenção na Mirabal acabou se desenhando dessa forma, com a criação de espaços de escuta, iniciando pelas conversas informais, nos espaços de convívio da Casa, por vezes ouvindo apenas uma acolhida e, sempre que possível, coletivizando as experiências, soluções encontradas e questões por elas trazidas. Após quase meio ano de aproximações pelas brechas que se abriam no cotidiano de voluntariado e participação em assembleias e eventos na Casa, costurou-se a demanda que levou à criação de um grupo de escuta semanal, no qual as mulheres podiam falar e se ouvir, inaugurando novas formas de pensar aquele espaço e as relações entre todas elas.

Nas palavras de bell hooks (2023):

A autorrecuperação das mulheres negras, como toda autorrecuperação negra, é uma expressão de prática política libertária. Vivendo - como vivemos - em um contexto patriarcal capitalista supremacista branco, que pode melhor nos explorar quando não temos uma base firme no eu e na identidade (a consciência de quem somos e de onde viemos), escolher o “bem-estar” é um ato de resistência política [...] acredito que o campo da saúde mental, do bem-estar psíquico, é uma arena importante para a luta pela libertação negra [...] (hooks, 2023, p. 21).

Como produzir cuidado dentro da Ocupação? Como inventar novas formas de cuidar, que não sejam opressoras, nem para quem cuida, nem para que recebe esse cuidado? Essas foram as questões que o processo de



escuta das mulheres na Ocupação nos colocou. Dentro da própria Ocupação é possível observar experimentações de outras formas de cuidado, onde cuidar de si se configura em um ato político, levando em conta que vida pessoal não está desconectada do trabalho público e coletivo. “A dimensão política do cuidado, refletida sob o ponto de vista feminista, deve se afirmar em relações solidárias, justas, na reciprocidade do cuidado e no reconhecimento mútuo” (OLIVEIRA; DORDEVIC, 2015, p. 10).

Conforme Taís Oliveira et al. (2021, p. 12), a partir das experiências no Casa de Referência Tina Martins, outra Ocupação realizada pelo MOOB em Belo Horizonte, uma das principais riquezas de se viver na Ocupação “refere-se à experiência promovida pela exposição ininterrupta de diferentes vozes e modos de viver no espaço ocupado”. O convívio com uma diversidade de mulheres (entre acolhidas e apoiadoras), vindas de diferentes contextos econômicos, culturais, raciais, educacionais, promovem uma oportunidade de ruptura com visões universalizantes sobre si mesmas. As trocas são constantes e permeadas por conflitos, como é de se esperar em qualquer relação. No entanto, as premissas da horizontalidade e mutualidade transmitem a todo o momento a possibilidade de reinventar maneiras de viver juntas.

Na contramão da lógica do individualismo capitalista, cuidar de si e cuidar da outra não são processos separados. Nos pequenos gestos cotidianos essas novas configurações vão se desenhando, a partir das divisões de tarefas na casa, do cuidado compartilhado das crianças, das decisões tomadas coletivamente. A complexidade dessa empreitada se faz presente a cada instante na relação entre as mulheres da Casa Mirabal. A resistência feminista antirracista acontece e se reafirma no dia-a-dia, entre uma refeição e outra, nas tarefas do cotidiano, no acolhimento coletivo a uma mulher que chegue mais vulnerabilizada, nos embates e dilemas comezinhos do dia a dia de quem coabita. Esta pareceu-nos ser uma das grandes potências da Casa Mirabal: ampliar o conceito de luta para muito além dos embates e das tradicionais palavras de ordem das trincheiras feministas. Trata-se de costurar ponto a ponto, dia a dia, paulatina e micropoliticamente, gestos triviais que amarrem possibilidades de um presente viável para, quem sabe, um amanhã bem melhor.

Enlaces entre modos de habitar e a produção de cuidado

“Me senti sozinha



*Tropeçando em meu caminho
À procura de abrigo
Uma ajuda, um lugar, um amigo”
(Caetano Veloso)*

Dentro da discussão sobre como se fortalecem resistências nos atos rotineiros do dia-a-dia, do viver em comum, entendemos que a análise do espaço físico da Ocupação demonstra que o uso da casa produz diferença e resistência aos modos hegemônicos de morar. Anita Loureiro de Oliveira (2020) reforça a importância de pensarmos a casa, o lar, como uma espacialidade relevante para análise em pesquisas (a autora é da área da geografia, mas ampliamos aqui essa relevância para outras disciplinas também), visto que o lar é um lugar de opressão patriarcal para mulheres e crianças. O lar fornece condições propícias para a reprodução de culturas de dominação que predominam na sociedade patriarcal, que exigem violência para se sustentar. Da mesma forma, (re)pensar o espaço doméstico e seu funcionamento, proporciona reflexões sobre como as espacialidades são produto das inter-relações e interações, na coexistência de diferentes trajetórias e na existência de pluralidades.

A Mirabal apresenta, na forma de ocupação do espaço, as características estruturais das periferias da cidade de Porto Alegre. É formada por mulheres quase sempre vindas das zonas empobrecidas da cidade, uma periferia negra decorrente de políticas racistas e higienistas de remoção. As acolhidas habitam a Casa mantendo a mesma lógica da periferia que se caracteriza pela associação de construções independentes de casas unifamiliares, conectadas no mesmo terreno através do pátio. Na Mirabal, hoje instalada em parte da estrutura de uma escola pública desativada, o pátio é o local onde as mulheres vão fumar e conversar, enquanto todas as crianças brincam sob olhares atentos de várias mães. Um espaço herdeiro de culturas afro-brasileiras, que recorda o modo clânico de organização construtiva (WEINER, 2014).

As mulheres ocupantes da Mirabal transformam os programas arquitetônicos do lugar ocupado, mantendo suas heranças culturais na sua forma de habitar, elas criam novas funcionalidades do espaço e os delimitam com suas necessidades. Destaca-se a constituição do uso da varanda, nas diferentes localidades da ocupação Mirabal, como importantes espaços de permanência. No primeiro terreno ocupado, a varanda era o antigo corredor da entrada coberto que conectava a cozinha com o pátio descoberto, ali ocorriam as rodas de chimarrão, se



debatiam as agendas e os afazeres da casa. Já na zona norte a pequena sala, que deveria ser o hall de entrada na antiga escola, é utilizada como sala de estar principal. O desnível entre o pátio e a sala é utilizado como “varanda”, sendo que a porta é mantida aberta para que a brisa circule em um local protegido pela laje superior, transformando o hall de entrada em espaço que as mulheres conversam, brincam com as crianças e passam a tarde.

A construção desse modo de viver marca uma outra forma de organização, não necessariamente pautada pelos modelos hegemônicos de uso do espaço doméstico, rompendo, inclusive, com as fronteiras entre doméstico e público (o fora e o dentro da casa). Raquel Rolnik (1988) resgata as origens da intimização dos lares, a partir do final do século XIX, que está ligada a um movimento da burguesia de reorganização do espaço de moradia. “O lar – domínio de vida privada do núcleo familiar e de sua vida social exclusiva – se organiza sob a égide da intimidade” (p. 27). As casas são construídas de forma a abarcar todas as atividades em cômodos definidos por função (sala de visitas, sala de jantar), assim “a vida social da burguesia se retira da rua para se organizar à parte, em um meio homogêneo de famílias iguais a ela” (p. 27). Esse padrão de habitação torna-se imperativo nas casas de famílias abastadas, demarcando diferenças entre as moradias dos territórios populares e as moradias da elite.

Fanon (2022) alerta sobre a importância de se romper com o modelo compartimentado do mundo colonial. Essa compartimentação é perceptível desde a forma de habitar, na cidade ou dentro dos domicílios. Ao manter lógicas contra hegemônicas de moradia, que valorizam os espaços de uso comum, como nas construções periféricas das cidades, o uso do espaço na Ocupação rompe com o modelo burguês de intimização dos lares. As mulheres da Mirabal, ao ocuparem um espaço cujas regras são criadas por elas, fazem resistência ao ideal europeu, branco e higienista de viver. Uma Ocupação onde as mulheres reivindicam um lugar só seu, onde imperam as suas regras, criadas e controladas coletivamente, é algo revolucionário não só às vidas daquelas circunstanciais moradoras, como à cidade que abre espaços de respiro às construções claustrofóbicas e individualizantes. É uma afirmação de existência necessária, especialmente se falamos de mulheres periféricas e negras, cujo pertencimento ao tecido social não costuma ser reconhecido.

Ainda, a organização de um espaço coletivo onde tudo é compartilhado tensiona fronteiras do individual e coletivo, abrindo



possibilidades para a produção de comum. Uma ocupante, certo dia explicou para o seu filho sobre o uso dos brinquedos disponíveis na casa: “Aqui nada é de ninguém, tudo é de todo mundo”. A própria lógica de uma Ocupação já é um contraponto à noção de propriedade, ao reivindicar que o direito à moradia deveria se sobrepor ao da propriedade privada. Ainda, vivendo lá, talvez seja possível resgatar o sentido dos “espaços comunais” (FEDERICI, 2017), locais onde os bens são compartilhados e nos quais a cooperação fundamenta as relações sociais. Longe de romantizar o cotidiano de uma Ocupação, onde muitos desafios e conflitos tomam grande parte da rotina das ocupantes, interessa, nessa escrita, olhar para as miudezas dos gestos de troca e partilha, que muitas vezes podem até passar despercebidos. São pequenas rachaduras na estrutura dominante, que abrem espaços para sonhar novos modos de existir.

Considerações Finais

*“Eu não me vejo na palavra fêmea
Alvo de caça, conformada, vítima
Prefiro queimar o mapa, traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas e a vida reinventar”
(Banda Francisco, el Hombre)*

Ao viver esse encontro com a Mirabal, entendemos que faz parte da militância feminista ajudar a encontrar lugares para pertencer e, a partir disso, tensionar as barreiras impostas pelas violências patriarcais. Transformar as inúmeras tentativas de anulação em formas expandir e reinventar modos de existência é uma potente ferramenta de resistência que pode ajudar muitas mulheres a traçarem novos mapas a vidas que pareciam condenadas a uma única e linear estrada destinada às “fêmeas”. A Mirabal resiste, assim como fazem as mulheres que a habitam, não sem abalos, mas resistem às inúmeras agressões perpetradas por homens e instituições forjadas nas e reprodutoras das violências patriarcais, racistas e misóginas que compõem nossa sociedade. Manter-se de pé e reinventar caminhos é um trabalho árduo que requer a força de muitos braços entrelaçados.

A violência vivida, portanto, não é algo a ser superado ou esquecido, pois constitui essas mulheres de luta, cuja força e fragilidade não são partes excludentes que se anulam, mas coabitam e se agenciam no encontro com outras mulheres. As múltiplas facetas da violência de gênero se apresentam de variadas formas, desde as agressões do Estado



até os reflexos de uma constituição subjetiva que se manifesta nas relações entre as mulheres ocupantes. É preciso estarmos atentas e abrir espaços para expressão dos incômodos e do sofrimento que acompanha essas mulheres. Assim, é possível criar possibilidades de vida que fujam às lógicas do domínio patriarcal.

Tanto no modo como se relacionam com a cidade, quanto no modo como usam os espaços da casa, é perceptível a força dos encontros com a pluralidade, em uma dimensão onde existe horizontalidade e estímulo à autonomia. Não é fácil conquistar a capacidade de agir de acordo com os próprios desejos, na medida em que essas mulheres viveram tão intensamente a opressão e o silenciamento. Muitas vezes, a vitimização é uma posição psíquica que imobiliza e, ao vitimarem-se, algumas mulheres sobrecarregam outras - momento em que é preciso investir com força no cuidado coletivo.

Cuidar de si e de todas são ações inseparáveis que podem ser percebidas nas funções mais corriqueiras do dia-a-dia. Nesse artigo, tentamos trazer um pouco do que a convivência atenta dentro da Casa de Mulheres Mirabal nos fez sentir e pensar. Ao estarmos lá, abertas às afetações dos encontros com outros modos de habitar, entendemos a potência de resistir às imposições capitalistas coloniais e heteropatriarcais, que ditam como todas e todos devemos viver. Há muita vida acontecendo nas frestas das ruínas desse modelo falido de sociedade. Esperamos que experiências como a aqui relatada tenham cada vez mais visibilidade e venham a contribuir para transformar o slogan feminista de que “uma sobe e puxa a outra” em gesto corriqueiro.

*“Essa é uma casa de emancipação, mas também de cuidado”
(Fala de uma coordenadora da Mirabal)*



Referências

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

DAVIS, Angela. Y. **Women, race & class**. Random House, 1981.

ÉNOIS Inteligência Jovem. Instituto Vladimir Herzog. Instituto Patrícia Galvão. **#meninapodetudo: como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E?** 2015. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/meninapodetudo-machismo-e-violencia-contra-a-mulher-enois-inteligencia-joveminstituto-vladimir-herzoginstituto-patricia-galvao-2015/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022**. São Paulo: FBSP, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024**. São Paulo: FBSP, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANISCH, Carol. **The Personal Is Political**. Carol Hanisch, 2006. Disponível em: <https://webhome.cs.uvic.ca/~mserra/AttachedFiles/PersonalPolitical.pdf>

HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres: mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo**. 2018. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-17092018-15>



3511/publico/MEmarinakohlerharkot_rev.pdf?utm_medium=website&utm_source=archdaily.com.br. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produto Interno Bruto** – PIB, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 14 mar. 2024.

HOOKS, Bell. **Irmãs do inhome**: mulheres negras e autorecuperação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2023.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & sociedade**, v. 19, p. 15-22, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8rWQrJSBTg7w8zTV47svGTq/>. Acesso em: 11 dez. 2023.

KERN, Leslie. **Cidade feminista**: a luta por espaço em mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

MARX, Vanessa. A Covid-19 na cidade de Porto Alegre (Brasil) e a situação das mulheres na pandemia. In: GOMÀ, Ricard et al. **El apoyo mutuo en tiempos de crisis: la solidaridad ciudadana durante la pandemia Covid-19**. Cidade Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: <https://www.torrossa.com/it/resources/an/5466604>. Acesso em: 15 out. 2023.

MUSTAFA, Isis; TOMMASI, Livia de Mulheres e a Luta por Casa de Referência: A experiência do Movimento de Mulheres Olga Benario e o CRM Helenira Preta. **ÍANDÉ: Ciências e Humanidades**, v. 2, n. 1, p. 27-41, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/43>. Acesso em: 17 abr. 2023.

OLIVEIRA, Guacira Cesar de; DORDEVIC, Jelena. **Cuidado entre ativistas**: tecendo redes para a resistência feminista. CFEMEA – Centro Feminista de Estudo e Assessoria: Brasília/DF, 2015.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível



em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/50448>.
Acesso em: 19 jan. 2024.

OLIVEIRA, Thaís Zimovski Garcia de et al. Memórias em movimento: Histórias da casa Tina Martins no combate à Violência de Gênero. **Revista de Administração de Empresas**, v. 61, n. 4, p. e2020-0072, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/75rdHrR5qYxRxLfkpXQpQKk/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2023.

PAULON, Simone Mainieri. **Sobre mulheres, luzes e violências obscurantistas**: POA e a Casa Mirabal. Sul 21, 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/opinia0/2021/09/sobre-mulheres-luzes-e-violencias-obscurantistas-poa-e-a-casa-mirabal-por-simone-mainieri-paulon/>. Acesso em: 8 nov. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. A cartografia e a relação pesquisa e vida. **Psicologia & sociedade**, v. 21, p. 166-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zdCCTKbXYhjdVYL4VS8cXWh/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 16 jun. 2024.

VASCONCELOS, Nádia Machado de et al. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n10/e07732023/>. Acesso em: 19 set. 2023.

WEINER, Günter. **Inter-Relações Afro-Brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.



La Potencia Política del Cuidado: cotidianidad de la militancia feminista y la producción de nuevas formas de vivir en la ciudad

RESUMEN:

El artículo acompaña el cotidiano de la Casa de Referencia Mujeres Mirabal, una ocupación que acoge a mujeres en situación de violencia, y tuvo como enfoque las relaciones entre las mujeres ocupantes, la ocupación y la ciudad. El objetivo del estudio es señalar posibilidades de articular militancia y cuidado en el contexto de la lucha feminista y antirracista en situaciones de violencia de género. También se problematizan algunos desafíos enfrentados en el cuidado bajo la ética feminista y sus entrelazamientos con los modos de vida en la ciudad. Se trata de una investigación-intervención apoyada en el método de la cartografía, que se desarrolla desde una mirada transdisciplinaria y decolonial, componiendo saberes de la Psicología Social y de la Arquitectura y Urbanismo en sus interfaces con otros campos de conocimiento que contribuyen a una lectura de la complejidad que el tema de la Violencia de Género evoca. Como resultado, se trabajaron tres ejes de análisis: violencia de género y el derecho a la ciudad, producción de cuidado colectivo entre mujeres y modos de habitar contrahegemónicos. Se considera que, en las relaciones entre sí y con la ciudad, las mujeres de la Casa Mirabal encuentran formas de expandir y reinventar modos de existencia, afirmando, en los gestos cotidianos, que cuidado y militancia son acciones inseparables.

PALABRAS-CLAVE: Feminismo. Violencia de género. Políticas de cuidado. Derecho a la ciudad.

Luísa Horn De Castro SILVEIRA

Psicóloga, doutora em Psicologia Social (UFRGS) e mestra em Saúde Coletiva (UFRGS). Integrante do Programa de Extensão “Clínica Feminista Antirracista Interseccional” e bolsista de pós-doutorado junto ao “Observatório Popular de Violências, pela vida das mulheres de povos e comunidades tradicionais de Sergipe (PEAC-UFS).



Simone Mainieri PAULON

Psicóloga, doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP) e professora do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Coordenadora do Programa de Extensão “Clínica Feminista Antirracista Interseccional” e conselheira da ONG Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos.

Juliana Baldasso SIQUEIRA

Psicóloga, mestra em Psicologia Social pela UFRGS e membra do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP-POA).

Helena Andrade EW

Arquiteta e Urbanista pela UFRGS e integrante do MLB – Movimento de Luta dos Bairros Vilas e Favelas.

Recebido em: 23/10/2024

Aprovado em: 07/04/2025